



**PARECER PRÉVIO Nº 77/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11920/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jocione dos Santos Souza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Paulo Victor Solart Coelho - OAB/AM 14212.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 143/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. **Jocione dos Santos Souza**, na qualidade de prefeito da municipalidade, à época, tendo em vista o cumprimento dos seguintes indicativos: I) gastos mínimos com educação; (II) gastos mínimos com saúde; (III) limite máximo de despesa total com pessoal; (IV) nível de endividamento do ente; (V) cumprimento, nos limites da lei, do orçamento, notadamente a respeito da abertura de créditos adicionais; e (VI) transparência na gestão fiscal, nos termos do artigo 31, §§1º e 2º, da CF/88, combinado com o artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, com o artigo 1º, inciso I, e com o artigo 29, ambos da LOTCE/AM, e com o artigo 3º, inciso I, da Resolução TCE/AM nº 09/1997;



**PARECER PRÉVIO Nº 77/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 13 de Junho de 2023  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 77/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 77/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11920/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jocione dos Santos Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Paulo Victor Solart Coelho - OAB/AM 14212.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 143/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2019.

Determinação.                      Recomendação.                      Ciência.  
Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Novo Aripuanã/AM, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;
- 10.2. **Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX que adote as medidas necessárias para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, com a documentação constante destes autos, respeitando a competência de cada órgão técnico, a fim de que este TCE/AM aprecie as irregularidades, impropriedades e restrições identificadas nas contas de gestão, de responsabilidade do Sr. **Jocione dos Santos Souza** – Prefeito de Novo Aripuanã/AM, no exercício de 2019, nos achados 1 a 5 do Relatório Conclusivo da DICAMI, considerando as observações feitas por este relator no tocante aos atos de gestão;
- 10.3. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã que:



**ACÓRDÃO Nº 77/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 77/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- a. Observe os prazos para envio dos balancetes mensais, via sistema E-Contas, a esta corte de contas, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;
- b. Observe os prazos de publicação dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, conforme art. 165, § 3º, CF/88 c/c art. 52, da LC 101/00;
- c. Observe os prazos de envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO ao Sistema E-Contas-GEFIS, conforme Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013;
- d. Observe os prazos de publicação do Relatório de Gestão de Fiscal - RGF, conforme o art. 55, § 2º da LC 101/00;
- e. Observe os prazos de envio do Relatório de Gestão de Fiscal - RGF ao Sistema E-Contas GEFIS, conforme art. 32, II, “h”, da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c Resoluções TCE 15 e 24/13;
- f. Envide os esforços necessários para o pagamento do piso salarial nacional aos professores – 40 horas e, proporcionalmente, aos professores – 20 horas;

- 10.4. Dar ciência** dos termos deste Parecer Prévio ao Sr. **Jocione dos Santos Souza** e ao seu advogado constituídos nos autos, bem como à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã e à Câmara de vereadores daquele município.
- 10.5. Arquivar** os autos após o cumprimento de todas as formalidades legais.
- 10.6. Determinar** às próximas comissões de inspeção que verifiquem:
  - a. A regularização dos registros contábeis relativos ao patrimônio, conforme orientação contida na Portaria STN nº 548/2015 (Achados de Auditoria nº 6 e 7);
  - b. A situação da dívida ativa do município, especialmente quanto às providências tomadas pelo município para recuperação de valores oriundos das condenações deste Tribunal de Contas (Achados de Auditoria nº 10 e 11).

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Junho de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues



**ACÓRDÃO Nº 77/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 77/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral